

PATRIMÔNIO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

A arquitetura escolar como lugar de memórias e da história da educação profissional pública de São Paulo

PATRIMONIO, TRABAJO Y EDUCACIÓN

La arquitectura escolar como lugar de memorias y de la historia de la educación profesional publica de São Paulo

Maria Lucia Mendes de Carvalho¹

Centro Paula Souza. Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP

RESUMO

O Centro Paula Souza é uma instituição de educação profissional e tecnológica do Estado de São Paulo, com sede administrativa no prédio da antiga Escola Politécnica, na capital, desde a sua criação em 1969. Essa instituição, a partir de 1982, começa a incorporar as escolas de educação profissional da capital, fundadas em 1911, no Brás, um bairro operário, como a Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina, e, no interior, como a Escola Profissional de Amparo. Essas incorporações a tornam uma instituição centenária, com prédios arquitetônicos que trazem vestígios de lugares de memórias. O presente trabalho pretende mostrar que a arquitetura escolar permite encontrar esses lugares de memórias nos espaços das escolas, nos mobiliários, nas fotografias, nos depoimentos de ex-professores, e que ela contribui com estudos e pesquisas sobre as memórias e a história da educação profissional pública no Estado de São Paulo. No espaço da escola é possível encontrar indícios que permitem reconhecer as práticas escolares e pedagógicas que foram desenvolvidas no passado, que se desenvolvem no presente e prospectar o futuro da educação patrimonial. A partir das fontes primárias e secundárias que são encontradas nestes espaços escolares: bibliotecas, centros de memória, museus escolares, centros de documentação e informação, refeitórios, entre outros, é possível empregar conceitos e pressupostos metodológicos da cultura escolar e da história oral para propor projetos historiográficos de educação profissional e patrimonial, envolvendo as comunidades escolares e dos locais onde essas escolas estão inseridas.

Palavras-Chave: Educação Profissional. Patrimônio. História da Educação.

¹ Doutoranda em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável na Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Angela Fagnani.

RESUMEN

El Centro Paula Souza es una institución de educación profesional y tecnológica del Estado de São Paulo, con sede administrativa en el edificio de la antigua Escuela Politécnica, en la capital, desde su creación en 1969. Esa institución, a partir de 1982, comienza a incorporar a las escuelas de formación profesional de la capital, fundadas en 1911, en el Brás, un barrio de clase trabajadora, como la Escuela Profesional Masculina y la Escuela Profesional para Mujeres y, en el interior del Estado, como la Escuela Profesional del Amparo. Esas incorporaciones la transforman en una institución centenaria, con edificios arquitectónicos que traen vestigios de lugares de memorias. Este trabajo pretende mostrar que la arquitectura escolar permite encontrar estos lugares de la memoria en los espacios escolares, en los mobiliarios, en las fotografías, en los testimonios de antiguos maestros, y que ella contribuye con los estudios y las investigaciones sobre las memorias y la historia de la educación profesional pública en el Estado de São Paulo. En el espacio de la escuela es posible encontrar indicios que permiten reconocer las prácticas escolares y pedagógicas que se desarrollaron en el pasado, que se desarrollan en el presente y prospectar el futuro de la educación patrimonial. A partir de las fuentes primarias y secundarias que se encuentran en estos espacios escolares: las bibliotecas, los centros de memoria, los museos escolares, los centros de documentación e información, los refectorios, entre otros, es posible emplear conceptos y presupuestos metodológicos de la cultura escolar y de la historia oral para proponer proyectos historiográficos de educación profesional y patrimonial, involucrando las comunidades escolares y de los lugares donde están ubicadas esas escuelas.

PALABRAS CLAVE: Educación Profesional. Patrimonio. Historia de la Educación.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade apresentar por meio da arquitetura escolar os lugares de memórias e de história da educação no Centro Paula Souza, uma instituição de educação profissional e tecnológica do Estado de São Paulo, que é a maior rede estadual de ensino profissional do Brasil, voltada aos setores industrial, agropecuário e de serviços. Ao tratar da arquitetura escolar é preciso dizer que o Centro Paula Souza, tem a sua sede administrativa

localizada no prédio da antiga Escola Politécnica, na capital de São Paulo, desde a sua criação em 1969, o que justifica a homenagem ao seu patrono.

Francisco de Paula Souza (1843- 1917) formou-se na Escola Técnica Superior de Zurique e na Politécnica de Karlsruhe, na Alemanha. Ao retornar ao país, em 1867, assume no ano seguinte a Repartição de Obras Públicas da província de São Paulo, mas por questões políticas perde o cargo e vai trabalhar nos Estados Unidos com estradas de ferro, em 1868. Quando retorna ao Brasil, em 1873, atua nas Companhias: Ituana, Paulista e Rio-Clarense. Em 1890, assume a direção da Superintendência de Obras Estadual, subordinada à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enfrentando duas questões prioritárias para o ideário republicano em São Paulo: o recrudescimento da febre amarela em Santos, e no interior; e a necessidade de criar uma estrutura de ensino público. Ao assumir a superintendência articula duas frentes de trabalho: uma grande campanha para obras de saneamento urbano, e um programa para construção de prédios escolares, tendo esboçado ele próprio o projeto arquitetônico da nova Escola Normal na Praça da República, que foi construído por Francisco de Paula Ramos de Azevedo, em 1894, e onde atualmente funciona a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (CAMPOS, 2002, p.60).

Em 1890, Paula Souza eleito deputado estadual na primeira legislatura republicana, prioriza obras de engenharia, uma rede de escolas, e a criação de uma instituição de ensino técnico superior no estado. Quando assume, em 1892 a presidência do legislativo estadual, consegue aprovar a Lei Estadual N° 64, de 16 de agosto de 1892, que cria o Instituto Politécnico², uma escola superior de matemáticas e ciências aplicadas à indústria. Em 1893, quando

² Na proposta original de Paula Souza para o Instituto Politécnico, em 1892, previa um curso de arquitetura. Mas este não foi previsto, em 1893, na ausência de Paula Souza, que constituiu no regulamento os cursos de engenharia civil, industrial e agrícola, além de um curso técnico de “artes mecânicas”. Em 15 de fevereiro de 1894, e por 23 anos, até a sua morte, Paula Souza ocupa a direção da Escola Politécnica, denunciando na cerimônia inaugural da Escola, a “curiosa anomalia” que fazia com o brasileiro tivesse que “recorrer à indústria estrangeira para obtenção dos mais simples artefatos” e afirmava que “se os conhecimentos matemáticos e técnicos fossem mais divulgados entre nós, como o são os das ciências sociais e jurídicas” [...] uma indústria variada, próspera e bem dirigida [...] em nosso próprio lar encontraríamos o que hoje, com grande dispêndio, necessitamos importar do estrangeiro. (CAMPOS, 2002)

Paula Souza ocupa o cargo de Ministro da Viação, e depois do Exterior, no governo de Floriano Peixoto, é criada a Escola Politécnica, por comissão formada pelos engenheiros sanitaristas Francisco Sales de Oliveira e Teodoro Sampaio, por meio da Lei Estadual N° 191, de 24 de agosto. A Escola Politécnica se estabelece ocupando o antigo solar do marquês de Três Rios, na Avenida Tiradentes, onde um novo prédio é construído por Ramos de Azevedo, e concluído em 1899. (CAMPOS, 2002, p.64) Este prédio é onde está instalada atualmente a sede administrativa do Centro Paula Souza.

As primeiras escolas de educação profissional do Estado de São Paulo, fundadas em 1911, duas na capital, no Brás, um bairro operário, como a Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina, e outra no interior, a Escola Profissional de Amparo, foram incorporadas pelo Centro Paula Souza, a Masculina, em 1982, e as outras duas, em 1994. Essas incorporações a tornam uma instituição centenária, com prédios arquitetônicos que trazem vestígios de lugares de memórias.

Este artigo pretende mostrar a arquitetura escolar como lugar de memórias nos espaços das escolas, nos mobiliários, nas fotografias, nos depoimentos de professores, com o intuito de encontrar indícios que permitem reconhecer as práticas escolares e pedagógicas que foram desenvolvidas no passado, que se desenvolvem no presente, e de prospectar o futuro da educação patrimonial no ensino profissional e tecnológico. A história oral de vida é empregada como metodologia para compreender as práticas escolares e pedagógicas no interior das escolas profissionais, contribuindo com os estudos e pesquisas sobre as memórias e a história da educação profissional pública no Estado de São Paulo. A partir das fontes primárias e secundárias que são encontradas nestes espaços escolares: bibliotecas, centros de memória, museus escolares, centros de documentação e informação, refeitórios, entre outros, é possível empregar conceitos e pressupostos metodológicos da cultura escolar e da história oral para propor projetos historiográficos de educação profissional e patrimonial, envolvendo as comunidades escolares e os locais onde essas escolas estão inseridas.

Pressupostos conceituais e metodológicos: fontes, arquivos, cultura escolar e história oral

Os documentos existentes nos Centros de Memória ou nos arquivos escolares contribuem para contar a história da educação profissional, possibilitando compreender a evolução da tecnologia e do conhecimento nesses lugares de memórias relacionados com o do patrimônio histórico, educativo e tecnológico.

Segundo Fratini (2009):

No Brasil a educação patrimonial começou a ser discutida na década de 1980 [...] Embora muitos espaços tenham sido alcançados nos diferentes segmentos do patrimônio que trabalham com essa prática, ainda há muito a ser desenvolvido. A área carece de estudos e a literatura nacional sobre o assunto pode ser ainda muito ampliada por professores, com produções no âmbito da educação; e no âmbito patrimonial, por especialistas nas diversas áreas que tangem o patrimônio histórico-cultural. O número de projetos e experiências com educação patrimonial, conforme consta, é ainda pouco expressivo, principalmente quando se trata de uma área específica, como a área de arquivos.

Nos projetos de memórias e história da educação profissional a cultura escolar é empregada como categoria de investigação para compreender as práticas escolares e pedagógicas, e as políticas educacionais no interior das escolas profissionais. Segundo Julia (2001) a cultura escolar:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores [...]

Para diferenciar as práticas escolares das pedagógicas, em diferentes épocas, e citadas neste artigo, adotaram-se os conceitos estabelecidos por Gvirtz (2005, p. 25), que considera as práticas discursivas escolares como produções da escola e as práticas discursivas pedagógicas produções sobre a escola.

Esta diferenciação é importante para entender o cotidiano da escola, o trabalho realizado por professores e estudantes, em sala de aula, e o proposto pelos administradores, geralmente oriundos de regulamentação dos gestores da educação profissional pelo Estado.

Os registros iconográficos existentes nos arquivos escolares permitem identificar as relações entre a escola e a comunidade interna: estudantes, professores e funcionários em cada escola, e também com a comunidade externa: origens da escola, dos cursos técnicos e da cooperativa-escola nas escolas agrícolas, parcerias com instituições públicas e privadas, e comunidade na escola. Assim como, encontrar, nestes acontecimentos, subsídios para montar estratégias educacionais com a perspectiva de desenvolvimento local. Segundo CIAVATTA, 2002, p.13:

[...] como outras linguagens, a fotografia expressa a compreensão pelo olhar, os modos de ver, as relações. Se a imagem acompanha a vida humana como representação da realidade, como memória e expressão da cultura de um povo, de uma época, garantia de uma visão do passado, hoje, com a comunicação informatizada, ela nos desafia a compreendê-la em novas temporalidades, como mediação complexa dos processos educativos.

Para responder às indagações entre a arquitetura escolar e as práticas escolares e pedagógicas, em diferentes de épocas, foram realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas de história oral. As questões levantadas para apresentação do projeto de pesquisa durante as entrevistas com professores e funcionários da instituição, propiciaram aos entrevistados contar as suas histórias de vida, se assim o desejasse. A pesquisa bibliográfica possibilitou encontrar que a história oral de vida ampara a narrativa dependente da memória dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala, segundo Meihy e Holanda (2007, p.35).

As entrevistas foram transcritas, e posteriormente, transcriadas com os entrevistados, realizando acertos nos textos para transpor da oralidade para a escrita. Em seguida, os termos de consentimento livre e esclarecido, e as cartas de cessão, aprovados no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, Parecer CEP:

1247/2011, CAAE: 1150.0.146.000-11, foram assinados e devolvidos a pesquisadora.

Os arquivos escolares contêm fontes documentais que podem contribuir com estudos e pesquisas para a produção de conhecimentos técnicos e tecnológicos, mas se forem transformados em acervos permanentes e disponibilizados ao público interno e às instituições de pesquisa. Essas fontes documentais e as museológicas, que fazem ou fizeram parte das práticas em educação profissional e estão disponíveis nas escolas técnicas e tecnológicas, como: equipamentos, móveis e utensílios de laboratórios (de química, de eletrônica, de mecânica, de construção civil, de informática, entre outros, produzidos pelas indústrias em diferentes épocas) são patrimônios materiais que podem ser empregados nas práticas escolares para avaliar a evolução tecnológica e possibilitar: discussões para entender o avanço ou retrocesso tecnológico; pesquisas para refletir e estimular a criatividade de professores e estudantes, e gerar projetos de pesquisas para o desenvolvimento local.

A ARQUITETURA ESCOLAR COMO LUGAR DE MEMÓRIAS E DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O Centro Paula Souza foi criado por decreto-lei de 06 de outubro de 1969, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré, para quem a modernização de uma sociedade não se processaria sem a devida consideração ao ensino técnico. Quando esta instituição surgiu era denominado Centro de Educação Tecnológica de São Paulo. Em 1973, por estar localizada no Edifício Paula Souza, no bairro da Luz, na capital de São Paulo, no prédio da antiga Escola Politécnica (Figura 1), passou a ser denominado Centro Paulo Souza.

Do grupo de professores do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) que foi convocado para criar essa instituição, o engenheiro com especialização em aeronáutica, Octávio Gaspar de Souza Ricardo, declarou em entrevista que (MOTOYAMA, 1995, p.469):

O ponto importante que quero realçar, com repercussão na organização inicial do Centro Paula Souza, é a existência, no ITA, de um ambiente universitário de tipo anglo-saxão. Exigi-se muito dos professores, tanto nas obrigações didáticas como nas pesquisas. E essa pesquisa não é necessariamente acadêmica; muitas vezes é industrial.



Figura 1 – Prédio da antiga Escola Politécnica construído por Ramos de Azevedo e atual sede do Centro Paula Souza.

Fonte: Arquivo próprio, em 2005.

Em 2009, quando o Centro Paula Souza completou 40 anos, um levantamento foi realizado pela Fundação de Apoio a Tecnologia (FAT), e constatou que esta instituição de ensino gratuito e de qualidade era também inclusiva, pois 76,7% dos aprovados nos processos seletivos para as escolas técnicas (Etec) pertenciam a famílias que ganhavam até cinco salários-mínimos. Enquanto que os que ingressaram nas faculdades de tecnologia (Fatec), 82,9% eram de famílias com renda de até R\$ 3mil. (CPS, 2009, p.10). O quadro a seguir apresenta o número de alunos matriculados no primeiro semestre de 2012, nas escolas técnicas e tecnológicas do Centro Paula Souza, e nas escolas públicas, que são parcerias na ampliação da educação profissional no Estado de São Paulo.

Escolas	Modalidades	Nº de Alunos	Total
Etecs 121 habilitações	Etecs - Técnico Presencial	135.141	226.201
	Etecs - Técnico Integrado	8.210	
	Etecs - Técnico Semipresencial	4.122	
	Técnico nas Escolas Estaduais	19.179	
	Técnico Integrado (nas Estaduais)	1.452	
	Técnico nos CEUs	3.600	
	Ensino Médio	54.497	
Fatecs 62 cursos superiores		59.281	285.482

Fonte: Assessoria de Comunicação - Matriculados em Etecs/Fatecs – 1º semestre de 2012, em julho/2012.

A figura 2 apresenta o número de estudantes matriculados nos cursos de educação profissional e básica, e por eixos tecnológicos, no segundo semestre de 2012, no Centro Paula Souza. Enquanto que as figuras 3 e 4 apresentam no mapa do Estado de São Paulo, os números de escolas técnicas, 204 unidades, em 152 municípios, e de faculdades de tecnologia, 55 unidades, em 50 municípios, com destaque para a região metropolitana de São Paulo.

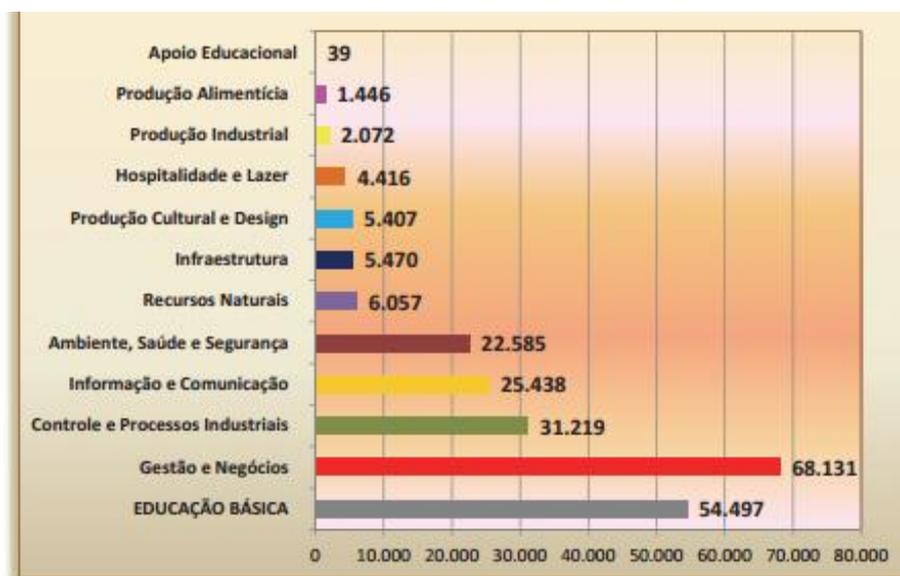


Figura 2 – Quantidade alunos por eixo tecnológico e educação básica no 1º semestre de 2012.

Fonte: MAIA, 2012.



Figura 3 – Mapa da distribuição de escolas técnicas públicas no Estado de São Paulo, julho/2012.



Figura 4 – Mapa de distribuição de faculdades de tecnologia públicas no Estado de São Paulo, julho/2012.

O plano de expansão promovido para a educação profissional e tecnológica no Estado de São Paulo, em 2007, na gestão do governador José Serra, provocou a transferência da sede administrativa, em função da necessidade de ampliar o número de servidores públicos.

A nova sede administrativa do Centro Paula Souza, continua no bairro da Luz, no centro de São Paulo, mas está sendo denominado de Nova Luz, com a esperança de recuperar uma área pública conhecida como “Cracolândia”, onde grande número de consumidores de crack utilizam a droga dia e noite.

O espaço arquitetônico da nova sede administrativa do Centro Paula Souza foi projetado pelos escritórios dos arquitetos Pedro Taddei (FAU/USP, 1967) e Francisco Spadoni (PUC/Campinas, 1984), o primeiro devido a Fundação para a Pesquisa Ambiental (Fupam), que ele preside, que foi escolhida, e que apresentou uma solução para o projeto da Nova Luz (Figura 5). Segundo Melendez (2010):

O lote - delimitado pelas ruas Aurora, Andradas (sede do Paula Souza), Timbiras e General Couto de Magalhães (escola), tendo num dos vértices a Praça Alfredo Issa - foi desapropriado pelo governo do estado, para ocupação por uma edificação institucional. Coube ao Centro Paula Souza instalar ali sua sede administrativa e uma unidade da sua rede de escolas técnicas. Dos imóveis preexistentes se manterá apenas um, devido a sua escala e planta flexível, segundo Spadoni. Redesenhado, o edifício será absorvido pelo novo conjunto. São construções independentes, de configurações plásticas distintas, mas ambas com cerca de 30 metros de altura. Do ponto de vista urbanístico, discorre Spadoni, a solução mescla a tipologia da quadra tradicional, fechada, à da quadra moderna, com o centro livre. A praça no miolo do lote é também composição dupla: parte será seca e a outra fração terá árvores plantadas no subsolo, que crescerão através de rasgos na laje do térreo e terão as copas praticamente na altura dos pavilhões. No bloco da escola, a quadra é um volume em balanço sobre a praça. Uma cobertura comum, perpendicular aos edifícios, ligará a Etec e a sede do Centro Paula Souza.

As figuras 6 e 7 apresentam a nova sede do Centro Paula Souza, em fase final de construção, e a arquiteta Bruna Fernanda da Unidade de Infraestrutura, que participou do projeto, apresentando o espaço físico e a sua funcionalidade a funcionários da instituição, em 25 de julho de 2012.



Figuras 5 – Maquete da nova sede do Centro Paula Souza na Nova Luz.
Fonte: Arquivo próprio, em 2012.



Figuras 6 e 7 – Nova sede do Centro Paula Souza, na Nova Luz, e os servidores com a arquiteta Bruna Fernanda para conhecerem os futuros espaços funcionais.
Fonte: Arquivo próprio, em julho 2012.

As primeiras escolas da educação profissional incorporadas pelo Centro Paula Souza

O Centro Paula Souza em 1981 incorporou seis escolas técnicas de nível médio, que eram geridas pelo setor privado, em convênio com o público, são elas: Colégio Técnico Industrial Conselheiro Antonio Prado (1962), em Campinas; Colégio Técnico Industrial de Jundiaí, em Jundiaí; Colégio Técnico

Industrial João Baptista de Lima Figueiredo (1962), em Mococa; Colégio Técnico Industrial Jorge Street (1970), em São Caetano do Sul; Escola Técnica Industrial Lauro Gomes (1957), em São Bernardo do Campo, e o Colégio Polivalente de Americana (1976), em Americana. Em 1982, foram integradas as seis primeiras escolas técnicas estaduais públicas, criadas e localizadas em: Getúlio Vargas (1911) e Professor Camargo Aranha (1968), em São Paulo; Presidente Vargas (1953), em Mogi das Cruzes; Julio de Mesquita (1935), em Santo André; Rubens de Faria e Souza (1965) e Fernando Prestes (1929), em Sorocaba. (MOTOYAMA, 1995; HEMÉRITAS e MAIA, 2005)

Destas escolas incorporadas, a Getúlio Vargas é centenária, surgiu em São Paulo, por meio do Decreto Estadual N° 2118-B de 28 de setembro de 1911, que organizou as Escolas Profissionais da Capital, de acordo com a Lei N° 1214, de 24 de outubro de 1910. Foram criados dois institutos de educação, a Escola Profissional Masculina, destinada ao ensino de artes e ofícios, com as seções: de matemática, de desenho, de mecânicos (ferreiros, fundidores e ajustadores), de pintores, de pedreiros, de tecelões, de latoeiros e de choferes; e a Escola Profissional Feminina, destinada ao ensino de economia doméstica e prendas manuais, com as seções: de desenho, de datilografia, corte e feitiço de vestidos e roupas para senhoras e crianças, de corte e feitiço de roupas brancas, de bordados e rendas, de fabrico de flores e ornamentação de chapéus, de arte culinária em todos os seus ramos e de economia doméstica. (LAURINDO, 1962, p. 119).

Os primeiros diretores dessas escolas foram os normalistas Aprígio Gonzaga, para a primeira escola profissional masculina, e Miguel Carneiro Junior, para a feminina. No livro “História do Ensino Profissional no Brasil” de Zoraide Rocha de Freitas (1954, p. 52), que foi professora de português, diretora de escola industrial, e posteriormente, técnica em educação no Departamento de Ensino Profissional (1954, p.50), consta que esses professores tiveram a oportunidade de uma viagem de estudos e observação à Argentina, o que certamente lhes serviu de auxílio e estímulo para os primeiros trabalhos.

Quando as primeiras escolas profissionais foram criadas os prédios escolares não eram projetados para instalação dessas escolas, mas casarões ou

palacetes foram adaptados para as aulas de cultura geral e as oficinas específicas (MORAES e ALVES, 2002).

Neste artigo apresentamos as transformações arquitetônicas que ocorreram nos espaços e no tempo, com os prédios e com as práticas escolares e pedagógicas, nas primeiras escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo. Para Funari e Zarankin (2005) a maioria dos projetos pedagógicos tem insistido na necessidade de dar à escola um lugar determinado, tanto no espaço como no tempo, considerando que essas concepções encontram-se fortemente enraizadas na sociedade, onde se pensa que, sem um edifício, ainda que existam as práticas e os comportamentos característicos destas, fica difícil falar de escola. Para estes autores:

[...] a arquitetura escolar e o espaço escolar, à exceção de alguns poucos trabalhos, tem sido temas pouco discutidos profundamente pelos cientistas sociais [...] a escola constitui, junto com a casa, um dos lugares centrais da socialização das pessoas. Um estudo de suas transformações, portanto, pode ser uma linha interpretativa para entender as mudanças na sociedade.

Arquitetura da primeira Escola Profissional Feminina na capital

A Escola Profissional Feminina na capital foi instalada num antigo sobrado a Rua Monsenhor de Andrade, em que funcionara o Colégio “Azevedo Soares”, no Brás, um bairro operário com grande concentração de imigrantes, principalmente italianos e espanhóis. Hoje os imigrantes são, em sua maioria, libaneses, coreanos e bolivianos. Segundo Freitas (1954, p. 52), uma fotografia da escola foi publicada em “A Província de São Paulo”, em 21 de março de 1887; quanto ao prédio, em 1954, ela diz:

O prédio primitivo, lembrança vigorosa do passado, ainda está de pé, como respeitável sentinela no pátio das alunas, servindo suas salas para diversas aulas. No ano de 1950, passou por uma grande reforma interna. Na atividade diária da Escola é ele designado pela expressão de “O prédio velho”.

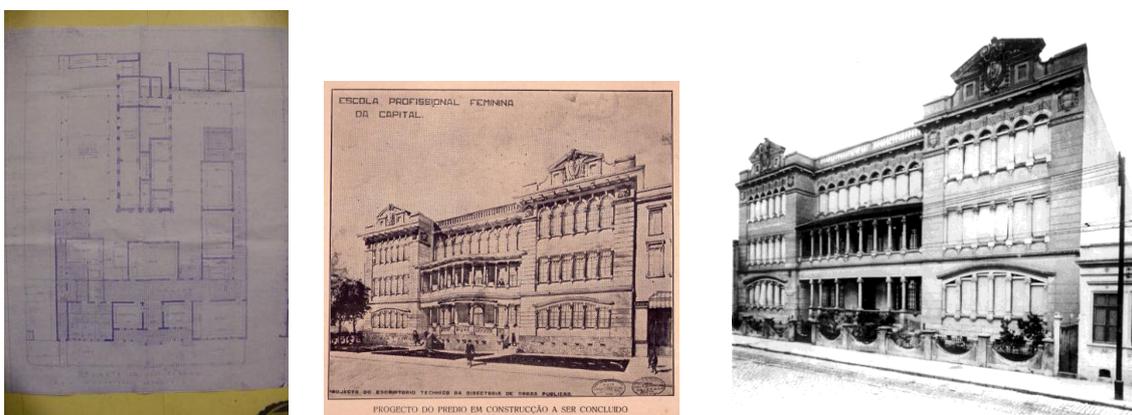
Horácio Augusto da Silveira, quando era diretor da primeira Escola Profissional Feminina, descreve na apresentação do Álbum Fotográfico referente a “3ª Conferência Nacional de Educação, que aconteceu nessa escola, em 07 de setembro de 1929:

A Escola Profissional “Carlos de Campos”, vasada nos moldes profissionaes da Republica Argentina tem por fim ministrar a aprendizagem de artes e offícios, economia doméstica, puericultura e prendas manuaes a alumnas de 12 annos para cima. [...] A installação do novo instituto teve inicio nos primeiros dias de novembro de 1911. A matrícula inicial foi de 176 alumnas. O prédio em que funcionou, até o anno passado, a Escola, e em que ainda funcionam, presentemente, muitas classes, não obstante a adaptação porque passou, logo que o Governo o adquiriu, tem defeitos de construcção, é acanhado e não se presta para o fim a que foi destinado. Com o rápido desenvolvimento da Escola, dentro de poucos annos, tornou-se de todo insufficiente para attender ás necessidades da população. Como medida de emergência, os cursos foram desdobrados, com serio sacrificio para a efficiencia do ensino. Esse recurso resolveu a crise de espaço, momentaneamente. O intenso trabalho das officinas e a extraordinária affluencia de candidatas à matricula vindas de todos os pontos da nossa grande metrópole, dentro de pouco tempo, mostraram ser o velho prédio exíguo demais para poder attender aos reclamos da população paulistana, sempre ávida de progresso. Foi quando o nosso governo resolveu, em boa hora, construir um grande prédio, dotado de todos os requisitos pedagógicos e de hygiene, para servir esta Escola. Pouco mais da metade da obra está concluída. No próximo anno ficará terminado o restante. O novo edifficio permitirá a São Paulo ter uma das maiores escolas, sinão a maior, no gênero, de toda a America, pois que accomodará, confortavelmente, perto de 2000 alumnas.

As figuras 8, 9 e 10 permitem identificar que os espaços da escola já não atendem o público alvo, em 1929, como bem descreveu o seu diretor Horácio da Silveira, e nos mostram as salas de aulas e o curso extra de datilografia que atendia a comunidade do entorno. Atualmente temos na Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, no bairro do Carandiru, o Programa ACESSA SP do governo do estado, que disponibiliza internet para a comunidade desse bairro industrial. As figuras 11 e 12 apresentam a maquete e a fachada do prédio inaugurado em 1930, dentro dos preceitos de hygiene da época. Enquanto que na figura 13, do pavimento térreo desse prédio é possível observar que no centro do terreno permanece o prédio da primeira escola, e que na frente deste, foi construída parte da nova escola. Em 1976, a escola sofre ampliação, mas com um novo projeto arquitetônico, ao estilo da época.



Figuras 8, 9 e 10 – Pátio de recreio com vista do fundo da escola do prédio de 1911, e das salas de aulas para economia doméstica e para o ensino de datilografia (SILVEIRA, 1929).



Figuras 11,12 e 13 – Planta do pavimento térreo do prédio da Escola Profissional Carlos de Campos, Maquete e Fachada, em 1930. Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos.

Um prospecto comemorativo “Os sessenta e cinco anos da escola Carlos de Campos”, 28 de setembro de 1976 (Figura 14), traz que:

Aqui apresentamos um rápido retrospecto da participação das alunas, sem sacrifícios de seus deveres curriculares, nos movimentos da cidade, do Estado ou mesmo do país: em 1932, cerca de oito mil refeições eram preparadas diariamente para os voluntários constitucionistas e confeccionavam-se uniformes; em 1939, inicia-se o Curso de Dietética – pioneiro no Brasil na luta contra a subnutrição; em 1942, colaborando com o esforço de guerra foram arrecadadas quarenta toneladas de metal e dez toneladas de borracha usada; anualmente, eram organizadas exposições, desfiles de modas, etc. Em 1943, as primeiras reformas do ensino profissional surgem: a produção intensiva necessita de técnicos e estes devem ser formados através de uma educação sistematizada, a fim de garantir uma capacidade de produção, compatível com as exigências do mercado de trabalho. São discutidos os planos de ampliação da escola, pois tornou-se pequena e a

procura cada vez maior. Em 1951, é organizado o primeiro e, talvez, único Museu Feminino do Brasil: os temas abordados são analisados desde os primórdios até a época moderna, com sua história, sua matéria prima, suas técnicas de execução.



Figura 14 – Prédios de 1911 e de 1976 (em construção) no prospecto comemorativo “Os sessenta e cinco anos da escola Carlos de Campos”, 28 de setembro de 1976. Acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos.

Arquitetura da primeira Escola Profissional Masculina na capital

O prédio onde funcionou a primeira Escola Profissional Masculina na capital, na Rua Muller, 04, no Brás, de 1911 a 1917, e posteriormente, a sede própria construída em 1917, na Rua Piratininga, 85 e 105, no Brás, onde a escola permaneceu até 1963, são apresentados na figura 15, que se refere à capa de uma monografia elaborada por um ex-aluno do curso de mecânica de automóveis, da turma de 1962, o engenheiro civil e geógrafo Mario Izumi Saito, que na apresentação do documento (SAITO, 2010), diz:

O Egressos da “GV” do Brás é uma listagem de nomes de alunos diplomados, desde a sua fundação, em 1911, até 1963, quando as atividades da escola do Brás são encerradas e transferidas para novas instalações, que deram origem a três novas escolas, situadas nos bairros do Ipiranga, a hoje Escola Técnica Getúlio Vargas, a outra no Tatuapé, a Escola Técnica Estadual Martin Luther King e na Vila Prudente, a atual Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes. Este volume é parte de um trabalho em desenvolvimento de resgate do histórico da

Escola Profissional Masculina, atual Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, mais especificamente, o histórico da instituição de ensino nos tempos do Brás. Um trabalho baseado em pesquisas bibliográficas e consultas realizadas no Centro de Memória Aprígio Gonzaga da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, nos acervos das bibliotecas da Universidade de São Paulo (Faculdade de Educação, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Faculdade de Economia e Administração) e Arquivo do Estado. Além disso, imagens (fotos) e documentos históricos de valor inestimável que foram recebidos dos mestres e professores remanescentes da GV do Brás que contribuem para consolidação desse trabalho precioso e inédito.



Prédio onde funcionou a escola nos primeiros anos (1911 – 1917).
Rua Müller, 4 – Brás – São Paulo.
Foto da década de 1940 ou 50. Arquivo da ETE-GV.

Os egressos da “GV” do Brás

ESCOLA TÉCNICA “GETÚLIO VARGAS”



Sede própria (1957 – 1963).
Rua Piratanga, 85 e 100 – Brás – SP.
Foto de 1961. Arquivo de Mario Izumi Saito.

Figura 15 - Capa da monografia “O egressos da GV no Brás” elaborada por um ex-aluno do curso de mecânica de automóveis, turma de 1962, o engenheiro Mario Izumi Saito (SAITO, 2010)

As fotografias na figura 16 permitem identificar o público alvo nessas imagens, na sala de desenho, percebe-se que os alunos apresentam diferentes faixa etária, e que os desenhos nas paredes são artísticos, o que justifica as esculturas encontradas nas escolas técnicas oriundas da Getúlio Vargas, em 1963. As pesquisas realizadas pelo professor Paulo Eduardo da Silva da Escola Técnica Estadual Rocha Mendes, permitiu identificar no acervo da escola as obras “Alegrias Descuidada de Ferdinand Frick e Gennarino Oliva, de 1930” e “Bronze escuro de Brasílio Petitto, de 1920” (Figura 17)



Figura 16 – Alunos na sala de desenho e no pátio em recreio, em 1917
(MORAES e ALVES, 2002)



Figura 17 – Obras de arte fundidas na Escola Técnica Getúlio Vargas, s/d.
Acervo da Escola Técnica Estadual Rocha Mendes (SILVA, 2011)

Arquitetura da Escola de Artes e Ofícios de Amparo

A Escola de Artes e Ofícios, da cidade de Amparo foi criada em 1911, pelo Decreto Estadual Nº 2118-A de 28 de setembro, de acordo com a Lei Nº 1245, de 30 de dezembro de 1910, quando Manuel Joaquim Albuquerque Lins governava o estado de São Paulo, mas só começou a funcionar de fato em 01 de fevereiro de 1913. Como escola masculina foi proposto as seções; de matemática, de desenho, de eletricitistas, de pintores, de carpinteiros e marceneiros, do correeiros, e de mecânicos, como ferreiros e ajustadores. Como corpo funcional a escola deveria ter um diretor, um professor de matemática, um professor de desenho, um mestre para cada uma das oficinas, um zelador e dois serventes. (LAURINDO, 1962, p. 125)

O Liceu de Artes e Ofícios, como era chamado na cidade de Amparo, começou a funcionar em 01 de fevereiro de 1913 (Figura 18), quando foram matriculados 106 alunos, no prédio do antigo hospital de isolamento – o Lazareto – até a construção de um novo edifício (Figura 19), na mesma área denominada “Chácara Trabalho”. (MORAES e ALVES, 2002a, p. 102)



Figura 18 - Prédio da Escola de Artes e Ofícios na cidade de Amparo e a primeira turma de alunos, em 1913 (EJB, 2011) .



Figura 19 - Prédio da Escola de Artes e Ofícios, na cidade de Amparo, o segundo, construído em 1920. (MORAES e ALVES, 2002)

Escritório Piloto de Edificações no Centro Paula Souza

A Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, centenária, foi incorporada em 1982, com outras cinco escolas de educação profissional pública no Estado de São Paulo, por meio do Decreto Estadual N° 18.421, de 05 de fevereiro de 1982. As outras duas escolas centenárias foram integradas, em janeiro de 1994, juntamente com outras 80 unidades escolares do ensino técnico que passaram a integrar o Centro Paula Souza, sendo 35 escolas voltadas para a área agrícola e o restante para os setores industrial, comercial e de serviços. Esta incorporação das escolas técnicas da Secretaria do Estado da Educação, não foi acompanhada dos recursos necessários para sua manutenção, segundo Almério Melquíades de Araújo, coordenador do ensino técnico na época, e atual coordenador da unidade de ensino médio e técnico na instituição. O Centro Paula Souza encontrou uma forma de gerir os recursos disponíveis criando o Escritório Piloto e a Fundação de Apoio a Tecnologia (FAT), no final de 1987, com as finalidades de formação de recursos humanos e prestação de serviços à comunidade. (MOTOYAMA, 1995, p. 484)

Em entrevista realizada pela pesquisadora com o coordenador da unidade de infraestrutura, engenheiro civil Rubens Goldman, em 26 de julho de 2012, este informou que foi contratado, e posteriormente, trabalhou com o professor Rufino Reis Soares, e com o grupo de engenheiros e professores de etecs e fatecs da área de edificações e voltados para elaboração de projetos e orçamentos, bem como fiscalização de obras contratadas para reforma das escolas integradas ao Centro. Atualmente esta unidade conta com vinte e seis funcionários atuando em dois departamentos: de obras, e de equipamentos e gestão imobiliária; uma equipe de assistência técnica para licitações e uma célula administrativa de apoio.

É importante dizer, que acompanhada desta necessidade de rever os espaços das escolas técnicas incorporadas ao Centro Paula Souza, os currículos³ dos cursos técnicos precisaram sofrer alterações. Segundo Araújo (2001):

³ Nas décadas de 1960 e 1970, as chamadas Teoria Crítica do Currículo e Nova Sociologia da Educação constatarem o caráter não meramente técnico e administrativo do currículo escolar. Segundo essas perspectivas, o currículo não designa um campo em que simplesmente se busca o modo mais

A reforma da educação profissional de nível técnico, determinada pela edição do Decreto Federal N° 2.208/97, estabeleceu, principalmente para os alunos do período noturno, uma elevação de seu patamar de escolaridade. Para a maioria desse contingente de alunos, a base de conhecimentos saltou do ensino fundamental (antigo 1° grau) para o ensino médio (antigo 2° grau). Assim, o ensino técnico oferecido no período noturno passou a atender uma clientela com escolaridade de entrada semelhante à do ensino superior, com predomínio de trabalhadores adultos. [...] Ao longo da década de 90, o modelo de ensino técnico integrado ao ensino médio, ou seja, reduzido a uma mesma matriz curricular, vinha apresentando sintomas de crise no estado de São Paulo: aconteceu uma diminuição da matrícula de 398.552 em 1990, para 327.764 em 1996; uma alta porcentagem de alunos não concluía a formação técnica nas habilitações que exigiam estágio supervisionado, contentando-se com o diploma de 2° grau; observou-se uma desatualização tecnológica nos laboratórios e nas oficinas didáticas e também dos currículos e dos recursos humanos. [...] Sem entrar no mérito da qualidade do ensino oferecido, os números de matrícula do ensino técnico nos anos 90 revelaram uma agonia, pelo menos do ponto de vista quantitativo, desse nível de educação profissional. Em 1990, a matrícula do ensino técnico representava 40% da matrícula do ensino médio de São Paulo; em 1999, esse percentual não atingiu 9%.

PESQUISA SOBRE O ENSINO PÚBLICO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: MEMÓRIA INSTITUCIONAL E TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICO-ESPACIAIS (1998 a 2002)

Há quatorze anos um grupo de professores e estudantes participaram da criação de oito Centros de Memória, em oito escolas da rede de escolas do Centro Paula Souza, por meio do projeto ***Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais mais Antigas do Estado de São Paulo***, denominação interna para o referido projeto iniciado pela professora Julia Falivene Alves (Figura 20), na Unidade de Ensino Médio e Técnico, sob a coordenação e

pedagogicamente adequado de selecionar, organizar, administrar e ministrar os conteúdos dos conhecimentos, mas um conjunto de prescrições e práticas que, sob esse pretexto pedagógico, contribui para a reprodução das relações sociais existentes. Expressão da ideologia, para se efetivar como tal requer o cancelamento de sua história, e, portanto, a sua crítica depende exatamente da elucidação da história da sua instituição. De reconhecida fertilidade, essa abordagem conferiria nova direção aos projetos de reforma curricular daqueles anos, com base, exatamente, na crítica de ideologia. (MUNAKATA. RAZZINI. ALCOBRE. IRAZABAL, 2008)

orientação da professora Dra. Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, do Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que propiciaram a criação destes Centros de Memória, no período de 1998 a 2002.

O objetivo principal do projeto de historiografia naquele período foi oferecer subsídios para contribuir com estudos e pesquisas que focalizassem a relação entre a educação escolar e o mundo do trabalho com o intuito de identificar, sistematizar e organizar as fontes provenientes de diferentes conjuntos documentais presentes nas escolas técnicas do Centro Paula Souza. Com a implantação do projeto de historiografia os resultados esperados eram:

- viabilizar ao público o acesso a estes conjuntos documentais;
- minimizar obstáculos como a dispersão, a alienação e a destruição de documentos;
- favorecer o reconhecimento de registros de campo não-arquivísticos para a elucidação das práticas escolares, promovendo estudos, atividades culturais e pedagógicas;
- redescobrir a “historicidade” – temporalidade do homem social, seus produtos e suas experiências – fundamental à criação de novas formas, novas representações;
- construir um “acervo documental permanente” na unidade escolar, a partir de um banco de dados informatizado para divulgação de documentos textuais, iconográficos, museológicos, depoimentos e entrevistas;
- pesquisar para elaborar monografias e livro sobre a história da unidade escolar (origem e ensino técnico profissional), visando ampliar os estudos monográficos sobre o estabelecimento do ensino profissional.

Em 2002 foram publicados o Álbum Fotográfico e o Inventário de Fontes (Figura 21) referentes aos estudos e pesquisas realizados nos oito Centros de Memória do Centro Paula Souza pelas equipes de docentes participantes do projeto. (MORAES e ALVES, 2002, 2002a)

A partir de 2003 foram desenvolvidos projetos com horas atividades específicas, alguns propostos e outros acompanhados pela Unidade de Ensino Médio e Técnico, e realizados por professores que atuam nos Centros de Memória de Amparo, Campinas, Franca, Jacareí, Santos, São Paulo e Sorocaba, de forma a contribuir para a manutenção de estudos e pesquisas nas unidades escolares sobre memórias e história da educação profissional.



Figura 20 – Julia Falivene Alves e sua equipe de professores no projeto de historiografia das escolas mais antigas do estado de São Paulo, no Arquivo Municipal de São Paulo, em 2002.
Fonte: Arquivo Próprio, em 2002.

Em 2008, o I Encontro de Memórias da Educação Profissional, aconteceu na cidade de São Paulo, no Parque da Juventude, no dia 13 de Novembro, envolvendo educadores, pesquisadores e estudantes para comemorar os 10 anos do projeto de historiografia. Participaram deste evento, com a apresentação de comunicações orais, os professores e estudantes de Campinas, Franca, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Orllândia e São Paulo. Nesse encontro um grupo de estudos e pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional no Centro Paula Souza (GPEMHEP) foi formado, com a finalidade de propor e desenvolver projetos para levantar, analisar e divulgar informações sobre práticas escolares e pedagógicas, em documentos textuais, iconográficos e tridimensionais existentes nos Centros de Memória da instituição, de forma a propiciar o acesso a pesquisadores de outras instituições. Na Unidade de Ensino Médio e Técnico criou-se um site para ser um elo de comunicação entre educadores, pesquisadores e estudantes que atuam ou tem interesse por projetos de memórias e história da educação profissional. Os eixos temáticos estabelecidos para o grupo de estudos e pesquisas desenvolver projetos nas unidades escolares nos próximos dois anos foram:

- Currículos e as disciplinas dos cursos que foram oferecidos nas escolas técnicas e tecnológicas;
- Cultura, saberes e práticas escolares e pedagógicas nas escolas técnicas e tecnológicas;
- Levantamento e análise em jornais locais que cobriam as escolas técnicas e tecnológicas sobre o trabalho, as ciências, as artes e as tecnologias no processo histórico de transformação da sociedade;
- O público da escola: perfil; práticas escolares e hábitos culturais; apropriação dos espaços e modalidades de ensino nas escolas técnicas e tecnológicas;
- Políticas de educação, inclusive no campo da alimentação e saúde para a juventude na nossa instituição.

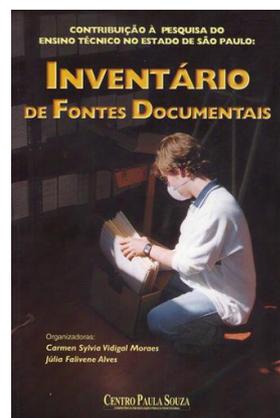
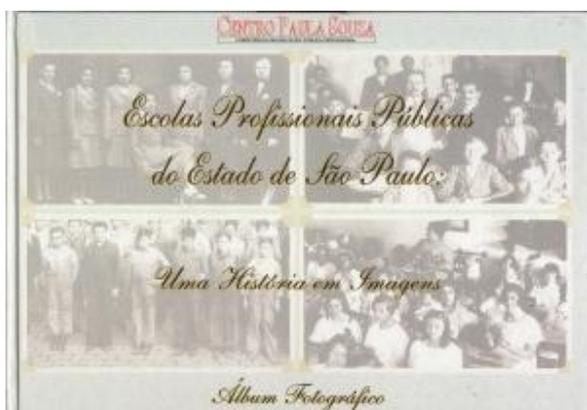


Figura 21 – Publicações produzidas com o projeto de historiografia das escolas técnicas mais antigas do Estado de São Paulo, em 2002.

Práticas escolares e pedagógicas na difusão dos Centros de Memória

No Centro Paula Souza os professores que desenvolvem projetos nos Centros de Memória ou nos arquivos escolares divulgam os resultados dos seus estudos e pesquisas em eventos internos jornadas, simpósio e encontros, e em eventos externos, como seminários, congressos no campo de atuação ou de história da educação com apoio institucional.

Práticas escolares no Centro de Memória da Escola Carlos de Campos, em São Paulo

A Escola Carlos de Campos, sempre esteve envolvida nos principais fatos históricos do nosso país: em 1932, as alunas, professores e voluntárias, preparavam refeições, para fornecerem aos soldados durante a revolução; em 1942, arrecadaram 40 toneladas para a Campanha do Metal, no ano seguinte, 10 toneladas para a Campanha da Borracha, sempre mobilizando a população do entorno da escola. Como professora de meio ambiente e da nutrição, e atuando no Centro de Memória da escola em um projeto de pesquisa, como monitora da FAPESP, em 2000, envolvi os alunos num projeto de combate ao desperdício de água. Como parte das atividades, os alunos buscaram informações sobre as plantas dos edifícios na mapoteca daquele Centro, para realizarem vistorias e identificarem vazamentos, nos nove banheiros da escola, na época. Essas ações mobilizadoras foram realizadas com alunos do ensino médio, em abril de 2001. Em agosto do mesmo ano, essas ações foram continuadas com os alunos do 2º módulo do curso de edificações, quando partiram dos trabalhos elaborados pelos seus colegas do ensino médio e propuseram reformas nos banheiros da escola, com plantas e orçamentos, tendo como princípio o consumo responsável.

No ano seguinte, o governo liberou verbas para iniciar as reformas na escola, e a direção com o apoio da Associação de Pais e Mestres, reformou os banheiros do pavimento térreo, considerando as propostas dos alunos que incluíram na planta um banheiro para deficientes. Os alunos do 3º módulo do curso de Design de Interiores foram envolvidos, posteriormente, e fizeram um redesign do projeto inicial, incluindo os acabamentos, mas mantendo o banheiro para deficientes e as torneiras com controles de vazão para reduzir o consumo de água (Figuras 22, 23 e 24). Este projeto foi premiado no Desafio Escolar 2002, promovido pelo jornal “O Estado de São Paulo”, em setembro (CARVALHO, TOYOHARA, 2002).



Figuras 22, 23 e 24 – Banheiro para deficiente na Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, projetado por alunos e construído pela escola, em 2002.

Práticas escolares no Centro de Memória da Escola Conêgo José Bento, em Jacareí

Na Escola Técnica Estadual Cônego José Bento, no Centro de Memória (Figuras 25, 26 e 27) desde a sua fundação tem envolvido práticas escolares e pedagógicas para estimular a postura de respeito pelo patrimônio histórico e cultural e desenvolvido hábitos e ações de cidadania. Dentro do componente curricular Produções Artísticas, tem desenvolvido atividades a partir de competências, habilidades e bases tecnológicas sobre: patrimônio pessoal e comunitário; ambiente como patrimônio; história oral; documentos escolares; memória do ensino técnico e profissional. As habilidades propiciam selecionar, higienizar e catalogar documentos escolares; confeccionar materiais para acondicionamento de documentos escolares; construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeito e como produto dos mesmos; posicionar-se diante de fatos presentes a partir de suas relações com o passado; relacionar as diversas concepções de tempo, reconhecendo-as como construções culturais e históricas. Kanazawa (2012), diz que:

O Centro de Memória ETEC Cônego José Bento, localizado no município de Jacareí, estado de São Paulo, abriga diversos documentos que evidenciam as práticas escolares e revelam a compreensão de uma cultura escolar e tem contribuído para a

consolidação de valores e para a formação da cidadania, principalmente para os educandos. Aprendendo a cuidar e preservar tudo que diz respeito à vida escolar, eles estão incorporando hábitos e atitudes decisivos para as suas vidas e para a sociedade. Organizar o Centro de Memória implicou e implica em um diálogo permanente com as fontes documentais, proporcionando para a pesquisa, principalmente da história da educação, uma ampliação de conhecimento sobre a educação brasileira.



Figuras 25,26 e 27 – O Centro de Memória da Etec Cônego José Bento fica na antiga casa do diretor, onde estudantes desenvolvem atividades museológicas.

Práticas escolares no Centro de Memória da Escola João Belarmino, em Amparo

No Centro de Memória da Etec João Belarmino, em Amparo, os professores Paulo Accorsi Pereira e Gabriel Fernando (Figura 28) desenvolvem projetos de horas atividades, o primeiro desde a criação do centro, e o segundo, estudando a vida do diretor Horácio Augusto da Silveira (citado em CARVALHO, 2011).

Para comemoração do centenário da escola, em 2011, os professores e a direção da escola se mobilizaram e publicaram um livro (EJB, 2011) que traz uma prática escolar desenvolvida pelos estudantes, com os professores, relacionada com a nova instalação da escola (Figura 29), conforme dizeres de Daniel Barbosa Perondini:

Professor Paulo Accorsi Pereira e eu, desde 2003, refletimos sobre um projeto de arquitetura para esta escola, ideias, devaneios e sonhos, conversas intermináveis.[...] A perseverança ou teimosia, as muitas tentativas e os obstáculos faziam com que tivéssemos a certeza de que conseguiríamos elaborar um projeto dentro da escola e com a

participação da comunidade. No primeiro semestre de 2009, alguns alunos do 2º ciclo do Curso de Edificações, mais especificamente, Everton Pagotto, Claudio Fernandes Silloto de Godoy, Gilmar Aguiar e Amanda Policarpo. Eles estavam inclinados a iniciar um Trabalho de Conclusão de Curso [...] O Centro Paula Souza anuncia o convênio estabelecido entre a Instituição e o Governo Federal, através do Brasil Profissionalizado, que disponibiliza recurso para melhorias e ampliações de unidades de ensino a ele vinculadas. Apenas 28 escolas foram contempladas e a nossa foi uma delas. (EJB, 2011, p. 27)



Figura 28 – Professores que atuam no Centro de Memória da Etec João Belarmino, em Amparo, em 2011.



Figura 29 – Projeto do futuro prédio da Escola Técnica Estadual João Belarmino, em Amparo, proposto em um trabalho de conclusão de curso de estudantes (EJB, 2011).

Práticas escolares no Centro de Memória da Escola João Gomes de Araujo, em Pindamonhangaba

Na Escola Técnica Estadual João Gomes de Araujo, as professoras Cilmara Aparecida Ribeiro, Lucia da Silva Teixeira e Patrícia Campos Magalhães (Figura 30), participam dos Clubes de Memória e desenvolvem projetos de horas atividades na unidade escolar, desde 2009, passando a atuarem como membros do grupo de estudos e pesquisas em memórias e história da educação profissional. Os resultados apresentados nos seus projetos e a mobilização dessas professoras na escola propiciaram a conquista de um espaço físico para criar o Centro de Memória, para publicar um livreto comemorativo dos 80 anos da escola técnica, em 2011 (Figura 31), divulgando neste documento as lembranças felizes de um aluno ilustre, que é o atual governador do Estado de São Paulo Geraldo José Rodrigues Alckimin Filho:

Lembrar dos meus tempos no “João Gomes de Araújo” é recordar os melhores anos da minha vida. Tempos de adolescência. Deixava-se de ser criança para experimentar os primeiros sabores da juventude. Os primeiros bailes, os primeiros namoros. Os professores nos tratavam como filhos. Ouviam nossas confidências. Davam conselhos e orientações. Mais do que aulas de matemática, português, química, física e geografia, eles nos davam exemplos de vida. De como trabalhar duro para sustentar família e ainda arranjar tempo para ajudar em serviços voluntários; de como participar da vida da cidade, da organização de suas festas e da manutenção das suas instituições beneméritas. Assim, nesse clima de descontração, de alegre convívio familiar, aprendemos o que tem importância fundamental para nossas vidas. Aprendemos ser cidadãos.

Recentemente, as professoras divulgaram a história da escola criada por Decreto Estadual Nº 74, de 15 de abril de 1931, e no artigo consta que o primeiro prédio da escola, para o Ginásio Municipal, foi no Palacete Visconde das Palmeiras, antigo prédio da “Escola de Pharmácia e Odontologia” (Figura 31) fechada em 1929. (RIBEIRO, 2012)



Figura 30 – Professoras que atuam no Centro de Memória da Etec João de Araujo, em Pindamonhangaba, em 2010.



Figura 31 – Livreto comemorativo dos 80 anos da escola, em 2011.

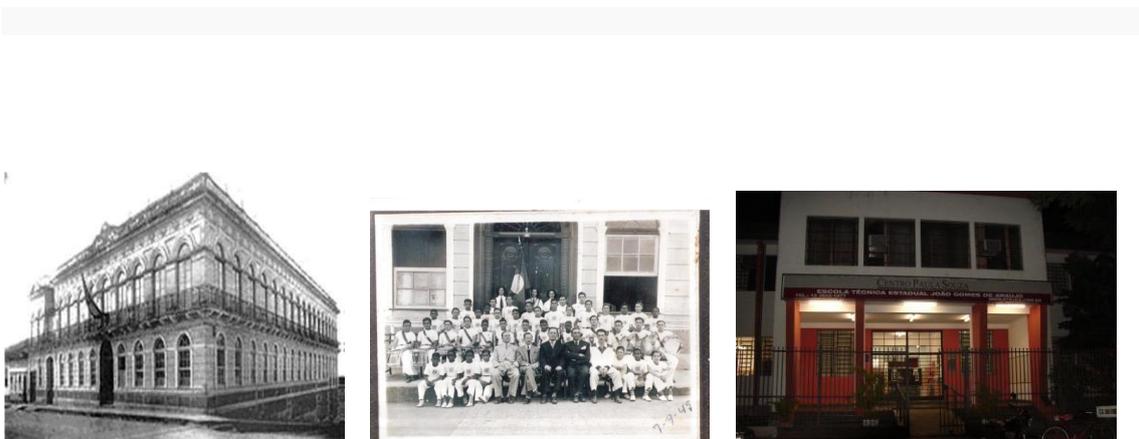


Figura 32 – Fachadas dos prédios da Escola João Gomes de Araújo, em Pindamonhangaba, em diferentes períodos, em 1931, em 1947 com alunos do núcleo ferroviário, e atual, em 2012.

Práticas Pedagógicas sobre os Dispensários de Puericulturas nas Escolas Profissionais

A descoberta de um documento no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, em 2001, de uma Aula Inaugural, referindo-se ao primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil, em 17 de maio de 1939, proferida por Francisco Pompêo do Amaral (Figura 33), causou inquietação na pesquisadora e professora do curso Técnico em Nutrição e Dietética. Tratava-se de mais uma primazia na Primeira Escola Profissional Feminina, da capital, pois em outubro de 1931, o seu diretor Horácio Augusto da Silveira, criou o primeiro Dispensário de Puericultura em uma escola, com a intenção de promover práticas escolares para atender a comunidade local. O acervo da escola, embora organizado até a década de 1950, não permitia desvendar esta questão: “quem criou o primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil?”. A professora-pesquisadora decidiu empregar a história oral para entrevistar docentes que fizeram parte da equipe do médico Francisco Pompêo do Amaral, autor do documento. A primeira entrevista com a professora Neide Gaudenci de Sá (Figura 34), aconteceu em 26 de dezembro de 2001, nesse Centro de Memória. Durante a entrevista, a professora disse que:

O Dispensário de Puericultura era uma coisa muitíssimo importante na época, socialmente inclusive, porque atendia as crianças do bairro e orientava sobre higiene, alimentação, e com rigor. Eu era aluna do Curso de Formação de Professores de Educação Doméstica e Auxiliares de Alimentação e nós tínhamos as aulas práticas de puericultura lá no dispensário, com o Dr. Jorge Morais Barros e o Dr. Mário Tadeu. A dona Maria de Lourdes era a educadora sanitária que tomava conta. Nós aprendíamos a pesar as crianças, a registrar os dados e preparávamos as mamadeiras. Depois eu vou me deter um pouco sobre isso. Tínhamos aulas também com professoras de Educação Doméstica de como preparar suquinhos, sopinhas, toda essa parte de alimentação infantil [...] Nós tínhamos as aulas teóricas de puericultura e as aulas práticas, que eram todas realizadas no dispensário. A parte de alimentação, nós entrávamos as 6h30 da manhã, porque a primeira mamadeira das crianças era às 7h e praticamente às 7h já tinham que estar prontas, milhares de mamadeiras. Não sei quantas, eram para as mães que moravam à volta do dispensário. Aqui no bairro, vinham buscar essas mamadeiras, eram galheteiros com meia dúzia de mamadeiras, que nós preparávamos com a

orientação da professora, lavávamos todos os frascos, colocávamos os alimentos nas mamadeiras devidamente esterilizadas, com etiquetas, com os nomes das crianças e os horários que aquela alimentação e, era de graça, era um dispensário do Estado. [...] Eu tenho a impressão que o Dr. Moraes Barros e o Dr. Mario Tadeo devem ter feito algum trabalho com esses resultados. Eu utilizei muito desses resultados como professora de nutrição, eu fui ao Dispensário fiz algumas pesquisas, porque me interessava muito a alimentação de bebê. (CARVALHO, 2012)

Nessa época a pesquisadora desconhecia a metodologia de história oral de vida, por seis anos desenvolveu projetos nos Dispensários de Puericultura da instituição (Figura 35) envolvendo professores de Campinas, Sorocaba, Franca e Ribeirão Preto, com a finalidade de encontrar pistas que validassem aquele documento da aula inaugural (CARVALHO, 2006, 2007; CARVALHO, SOUZA, BROSCO, 2007). Mas a continuidade da pesquisa para desvendar essa questão demonstrou à importância do método quando se utiliza da história oral para conhecer as trajetórias profissional e pessoal de docentes que fizeram parte da comunidade escolar.

Nesse documento da Aula Inaugural do curso de “Auxiliares em Alimentação” consta que o médico Francisco Pompêo do Amaral criou este curso a semelhança do existente no Instituto Municipal de Nutrição, em Buenos Aires, dirigido por Pedro Escudeiro. (CARVALHO, 2009)



Figura 33 – Documento da Aula Inaugural do curso de Auxiliares em Alimentação ministrada por Francisco Pompêo do Amaral, em 17 de maio de 1939.



Figura 34 – Maria Lucia Mendes de Carvalho, Neide Gaudenci de Sá e Eliana Roda Ferreira, no Centro de Memória da Etec Carlos de Campos, em 26 de dezembro de 2001.



Figura 35 – Dispensários de Puericultura nas escolas técnicas Carlos de Campos (1931), em São Paulo; Bento Quirino (1933), em Campinas; e Dr. Julio Cardoso (1943) , em Franca.

Práticas pedagógicas sobre a historicidade das escolas agrícolas

Em 2008, com a perspectiva de elaborar um projeto, foram realizadas pesquisas historiográficas sobre a educação profissional buscando subsídios para um estudo de caso no campo da segurança alimentar e nutricional, com a finalidade de identificar condições que propiciassem o desenvolvimento local no município onde a escola agrícola estava inserida. Foram visitadas seis escolas técnicas agrícolas, do Centro Paula Souza, fundadas entre as décadas de 1950 - 1970, e localizadas na região administrativa de Marília, no Estado de São Paulo. Foram realizadas reuniões nas escolas com professores e administradores, no período de dois meses, elucidando as práticas escolares e pedagógicas do passado, a partir de fontes documentais iconográficas, e de reconhecimento dos espaços físicos, em função do tempo de existência das

escolas, registrando as falas dos participantes como método qualitativo e empregando como técnica a análise do discurso. As figuras 36, 37 e 38 apresentam os espaços e os prédios de três escolas agrícolas visitadas que indicam práticas escolares ou demonstram o projeto arquitetônico da época (CARVALHO, FAGNANI, 2010).



Figuras 36, 37 e 38 – Escolas Técnicas Estaduais Agrícolas na região de Marília no Estado de São Paulo, em 2008.

Práticas pedagógicas nos Clubes de Memórias

Para Buarque (2004, p.81) o futuro pode ser construído pela sociedade, mas entende que essa construção tem raízes na história, no passado recente e na realidade atual, definidora dos limites do possível. Foram estas palavras que contribuíram para delinear um programa de pesquisa em Memórias e História da Educação Profissional no Centro Paula Souza, considerando a necessidade de estimular professores e estudantes a criarem projetos para recuperação e preservação do patrimônio histórico, educativo e tecnológico na instituição.

A figura 39 apresenta os docentes que participam do GEPEMHEP desenvolvendo projetos nas unidades escolares com horas atividades. Esses professores, periodicamente se reúnem nos Clubes de Memórias (Figura 40), que são oferecidos como capacitação para docentes e espaço de discussão sobre os projetos em andamento nas escolas. Em setembro de 2010, o grupo realizou o “II Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: cultura, saberes e práticas”, que propiciou uma publicação em 2011 (CARVALHO, 2011).



Figura 39 – Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional, em novembro/2011.



Figura 40 - Clube de Memórias XII sobre educação patrimonial e acervos escolares, realizado no Parque da Juventude, em 16 de fevereiro de 2012.

Políticas educacionais e a arquitetura escolar: décadas de 1950 a 1970

Procurando identificar as relações entre as políticas educacionais para o ensino profissional em relação à arquitetura escolar na década de 1950, foi necessário nos remetermos a um passado mais longínquo, e constatar a importância das proposições e legados deixados pelo educador Anísio Teixeira⁴, durante as

⁴ Anísio Teixeira (1900 – 1971) foi um dos principais representantes do movimento Escola Nova em nosso país. Considerado um liberal influenciado por ideias de educadores dos Estados Unidos e da Europa, e ao mesmo tempo, simpatizante do movimento comunista do Rio de Janeiro, acreditava que a educação deveria ser um processo de contínua reorganização e reconstrução da experiência humana. Para isso,

suas atividades na administração pública. No Rio de Janeiro, como Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal⁵, no período de 1931 a 1935. No Relatório de 1932, dessa diretoria, observa que para a população de 6 a 12 anos, que era de 196 mil, existiam escolas para somente 45% das crianças. (DÓREA, 2000). Ainda segundo Dórea, esse educador considerava essencial:

[...] que o prédio escolar e as suas instalações atendam, pelo menos, aos padrões médios da vida civilizada e que o magistério tenha a educação, a visão e o preparo necessários a quem não vai apenas ser a máquina de ensinar intensivamente a ler, a escrever e a contar, mas vai ser o mestre da arte difícil de bem viver.

Esse alto índice de analfabetismos infantil, na capital do país, persistia em décadas posteriores. A Lei Federal N° 3552, de 16 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, quanto à organização escolar, informa no artigo 9º, inciso 1º, que aos candidatos ao curso básico, que não tiverem escolaridade regular, será proporcionado exame de conhecimentos equivalentes aos do último ano do ensino primário. (LAURINDO, 1962, p. 64). O analfabetismo pode ser uma questão a ser estudada para compreender a diferenciação entre as escolas profissionais industriais e técnicas no Estado de São Paulo.

Comparando a arquitetura escolar de prédios construídos a partir de 1917 para a educação profissional na capital e no interior, do Estado de São Paulo, muitos deles verdadeiros monumentos⁶, constata-se que as construções

imaginava uma escola que, além de alfabetizar, formasse hábitos e atitudes, cultivasse aspirações e preparasse a criança para uma civilização técnica e industrial em mutação permanente. (THEODORO, 2012)

⁵ No Rio de Janeiro, como em todo o Brasil, o problema de edificações escolares não havia sido antes objeto de soluções previamente planejadas e sistematicamente seguidas. Segundo o arquiteto Nereu de Sampaio, chefe do Serviço de Prédios e Aparelhamentos Escolares, a administração anterior, do diretor Fernando de Azevedo, chegou a esboçar um plano geral proibindo em lei a compra de propriedades particulares e fixando as dimensões mínimas dos terrenos a serem adquiridos e conseguiu deixar construídas quatro grandes escolas: a Escola Normal (naquela época, Instituto de Educação), a “Uruguai”, a “Estados Unidos” e a “Argentina”. De resto, grande parte dos prédios escolares, existentes no Distrito Federal até o ano de 1932, não passava de escolas-pardieiros, como as denominou o próprio Nereu de Sampaio, escolas estas que repeliam alunos e professores. (DÓREA, 2000)

⁶ Uma ideia-mestra que presidiu os trabalhos do Convênio foi a negação da escola-monumento, que vigorou até os anos 1940, e a afirmação da escola como equipamento típico da sociedade urbano-industrial. Essa nova concepção de escola apresenta influências dos princípios da Escola Nova, que

traziam na organização espacial os preceitos da Escola Nova, com museu-escola, biblioteca, sala de leitura e auditório. Em 1934 foi criada a Comissão Permanente de Educação, no interior das Diretorias de Educação, vinculada ao setor de Viação e Obras Públicas. Nessa época Anísio Teixeira considerava que a sociedade elitizada construía poucas escolas, com edifícios públicos majestosos, cujas escolas ensinavam a crianças e adolescentes a serem obedientes e a terem certo domínio da vontade, devendo estas escolas, com vocação ornamental serem substituídas por outras, que visassem o desenvolvimento de uma consciência crítica (THEODORO, 2012)

No governo do Estado Novo, Anísio Teixeira perdeu o seu cargo no Rio de Janeiro, mas foi na Bahia, que conseguiu o projeto dos seus sonhos, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na cidade de Salvador, com um conjunto de edifícios de escolas-classe para atender diversas comunidades do entorno da escola-parque, com quadras esportivas, refeitórios, oficinas de artes industriais, pavilhões de exposição, entre outros espaços. As obras desses edifícios contaram com a criação dos arquitetos Hélio de Queiroz Duarte, carioca e discípulo de Lucio Costa, de Diógenes Rebouças, que apresentaram uma nova linguagem para o projeto de escolas. Segundo Pereira (2007, p. 56):

Esta linguagem surgiu graças à percepção de que a teoria educacional dependia de um espaço adequado para efetivar seus objetivos cognitivos e, ao mesmo tempo, de que o espaço educacional podia ser pensado a partir de uma teoria educacional – conjunta e inédita no país.

No final da década de 1940, São Paulo tinha o maior parque industrial do país, e precisava qualificar a mão de obra do trabalhador. Em 1949 foi assinado o Convênio Escolar entre o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura da

pretendia formar um novo homem, capaz de entender e se adaptar a uma sociedade industrial e tecnológica em transformação. Para isso, era necessário construir uma escola com outros equipamentos e que partisse de uma concepção de espaço renovada. A nova escola fundamentava-se, também, em uma nova concepção de cidade, influenciada por princípios socialistas ou social-democratas. Na nova cidade imaginada por essa geração de arquitetos, todos seriam alfabetizados e escolarizados e iniciariam seus estudos com igualdade de oportunidades, rompendo com um passado marcado pela diferenciação e exclusão sociais. Nesse sentido, a escola se tornaria parte de um espaço público mais democrático e expressão de uma nova sociedade. (THEODORO, 2012)

capital, para tentar corrigir a defasagem entre o número de alunos e de vagas escolares disponíveis. Segundo Theodoro (2012):

[...] a Prefeitura comprometia-se a aplicar 20% dos recursos arrecadados no sistema de ensino, e destes, 72% na construção, aquisição, adaptação e conservação de imóveis e prédios destinados ao ensino. Pretendia-se que à Prefeitura, por meio do Convênio, cumprisse a Constituição de 1946, que fixava limites mínimos de investimento na educação. O funcionamento e a administração das novas escolas não seriam alterados, ou seja, continuariam nas mãos do governo estadual.

Hélio de Queiroz Duarte, que havia trabalhado com Anísio Teixeira, assumiu a presidência da subcomissão de planejamento do Convênio Escolar⁷, e convidou para atuar nos projetos os arquitetos Eduardo Corona, Roberto Tibau, Oswaldo Gonçalves e o engenheiro Roberto Mange, contando com a participação dos educadores Theodomiro Monteiro do Amaral e Dirceu Ferreira da Silva. Esses arquitetos valorizaram a educação complementar com espaços de aprendizagem e vivência, projetando edifícios com características a divisão por funções específicas de atividades: ensino, administração e recreação. Ainda segundo Pereira (2007) havia nesses edifícios a preocupação à economia de recursos, revelada na racionalidade dos espaços e de situação da escola na paisagem, na relação com o seu entorno: áreas verdes, comunidade (casas e ruas) e morfologia do terreno; além da preocupação de fazer da escola um elemento ativo no bairro, na qual a reunião de alunos, professores e administradores pudesse ser complementada pela participação ativa dos pais. Com o fim do Convênio Escolar o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (ITESP) começa a atuar como órgão construtor no Estado de São Paulo, e entre 1957 e fevereiro de 1959, construiu 51 Grupos Escolares e 24 ginásios (escolas secundárias). Em 1960, foi criado o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), como parte do Plano de Ação do governador Carvalho Pinto, sendo desativado em 1975, e substituído pela Companhia de

⁷ O Convênio Escolar vigorou, efetivamente até 1954 e, formalmente, até 1959. Resultou na construção de cerca de setenta edifícios escolares, de quinhentos galpões provisórios, de trinta bibliotecas, de noventa recantos infantis e de vinte parques infantis, além das reformas e do trabalho de conservação. (AMADEI, José. O que é Convênio Escolar. In: Revista Habitat nº 4. Direção Lina B o Bardi. São Paulo: Habitat Editora, setembro-dezembro de 1951, p.3. [...]citado em THEODORO, 2012).

Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP). (THEODORO, 2012).

Observa-se que, no ano, em que se criou o FECE, o relatório da Diretoria de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, de 31 de janeiro de 1961, sob a direção de Francisco Montojos, informa que no Estado de São Paulo, existiam 5 escolas técnicas e 26 escolas industriais, com um total de 6449 estudantes, sendo 6196 do ensino industrial, 119 do ensino técnico e 134 de mestría, em 1960 (LAURINDO, 1962, p. 62). Esse número de escolas e de alunos matriculados parece pequeno frente à proposição de que as escolas de ensino profissional surgiram em São Paulo, para atender as exigências das indústrias que se expandiam.

Para compreender as práticas pedagógicas na educação profissional no Estado de São Paulo, nesse período, utilizamos a história oral reconhecendo os sujeitos e como atuavam institucionalmente nesses lugares da escola. Segundo Farge (1999, p.99) palavras tiveram lugar: produzem o acontecimento e fazem surgir novas situações observáveis [...] E entrevistou-se Mario laneta, que foi aluno da primeira turma do curso de Técnico em Eletrotécnica da Escola Getúlio Vargas, em 1943, sendo contratado pelo Departamento de Ensino Profissional, como Técnico em Educação, em 1946, e Diretor desta escola em 1960, que no seu depoimento informa:

O que aconteceu comigo foi o seguinte: em 1962, eu estava na direção da escola e eu fui chamado no Departamento. Uma comissão tinha chegado a uma conclusão, ao seguinte: que tinha que reformar o prédio da escola e que não podia ser feito com os alunos presentes, e então que eles iam procurar um prédio para mudar a escola para esse prédio. E as famílias dos alunos e os professores também, começaram a colocar a responsabilidade da mudança em Mario laneta. Eu fui obrigado em reuniões, tanto no Departamento, que o Mario laneta não foi ouvido, vocês tiraram inclusive uma responsabilidade, que até hoje eu só tenho que agradecer. (tosses) Por que eles fizeram o seguinte: poxa porque a Getúlio vai para três prédios? Nós tínhamos diurno e noturno, quase dois mil alunos. E eles disseram que não dava para fazer a reforma devido ao numero de alunos e de cursos, e não dava para fazer a reforma com os alunos dentro, então eu recebi ordem, não fui o culpado não [...] Em 1962. Não tinha nada, não tinha moveis, não tinha força. Eu escolhi dois assistentes e eu três, e cada um dos meus assistentes, indicados por mim, professor ou não, eu vou lá uma hora ou outra, mas eu não posso ficar em três lugares, mas responsável, eu queria ver isso, eu não vi publicado,

somente recebi uma ordem do Departamento: Mario você vai ficar com a responsabilidade das três escolas. Quando eles me chamaram e disseram o seguinte: laneta, a única escola que vai ter o direito de dar aos alunos os cursos que vinham fazendo aqui na Piratininga, vai ser a escola que tem curso técnico, nenhuma das outras duas, curso básico ou curso de mestria, curso técnico só na Escola Getulio Vargas [...] O Sinele ficou como meu assistente na Rocha Mendes e o Heméritas ficou no Luther king uma boa parte também. Era GV setor Tatuapé, GV setor Vila Prudente, e a única, que tinha GV era a do Ipiranga. A única as outras duas não. M. Lucia: E quem construiu os prédios? M. laneta: Foi o Carvalho Pinto, mas não construiu para Getúlio Vargas, ele construiu para outras escolas que iriam funcionar, mas todas de nível até abaixo do básico industrial.



Figura 41 - Mario laneta e Adhemar Batista Heméritas, durante entrevista na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, em janeiro de 2012.

O depoimento de Mario laneta confirma os estudos de Theodoro (2012) quando informa que os prédios escolares no governo de Carvalho Pinto foram construídos para os ginásios e não atendia a educação profissional.

No campo da alimentação e nutrição, os espaços delimitados para os refeitórios nas escolas, nas décadas de 1950 até 1970, indicados nas figuras 42 e 43, demonstram a valorização da alimentação para o processo de ensino e aprendizagem da comunidade escolar pelas instituições escolares naquele período.



Figura 42 – Refeitório da Escola Técnica Getúlio Vargas, no Brás, em São Paulo, na década de 1950.



Figura 43 – Refeitório da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, no Ipiranga, em São Paulo, em 1960.

Enquanto que os depoimentos das professoras e dietistas Arcelina Ribeiro de Araujo (Figura 44) e Dalila Ramos (Figura 45), que atuaram na Escola Técnica Getúlio Vargas, em diferentes espaços arquitetônicos, propiciam identificar as práticas escolares e pedagógicas naquele período, onde o problema era a desnutrição.

Eu não sei quando foram criados os refeitórios nas escolas profissionais. Mas eu trabalhei no refeitório da Escola Técnica Masculina Getúlio Vargas, na Rua Piratininga. A dona Yonne, eu não sei se ela era bióloga e dietista. Eu tenho impressão que ela tinha algum curso superior, ela era bem formada, e era a responsável pelo refeitório. [...] A Ivone ficava de manhã, e eu fazia o período da tarde, às vezes a gente trocava. Era um curso técnico em período integral e os alunos viviam em regime de internato. Elaborávamos então os cardápios para o café da manhã, almoço e jantar. Eu me lembro de fazer cardápios especiais, e a dona Yonne dava uma supervisão. Havia um médico, Dr. Barreto que acompanhava o desenvolvimento dos alunos. Ele como médico devia ter os dados todos de saúde, e passava para a dona Yonne. Não, era uma coisa muito

agradável. A gente chegava de manhã e ia ver na cozinha, o cardápio do dia. Acompanhávamos tudo. Cada dia eram alimentos diferentes, e havia cardápios personalizados, dependendo do estado de nutrição do aluno. E depois entre o café da manhã e o almoço, a gente tinha esse período, para ainda verificar o andamento do trabalho. Fazíamos tudo lá, pesávamos os alimentos e preparávamos o tal do prato modelo. À tarde também, acompanhávamos o trabalho da cozinha. Eu não lembro bem a carga horária do nosso trabalho. Era muito agradável. (Entrevista em 12/03/2012 com Arcelina Ribeiro de Araújo)



Figura 44 – Dietista, Nutricionista e Assistente Social, a Dra. Profa. Arcelina Araujo Ribeiro, em 2012.



Figura 45 – Dietista, Normalista e Pedagoga Dalila Ramos, em 2011.

O Pompêo do Amaral era ótimo professor, mas muito além dos nossos conhecimentos como alunas. Mas ele tinha ótimas auxiliares, a Debble, a Yonne e a Dalva. Elas resumiam tudo aquilo que ele falava em linguagem mais acessível e para a nossa idade, a gente era menina. Ele dava aula e a gente ficava até parada para assimilar tudo aquilo. Dava muita política, porque ele era político. Dava a situação econômica do país, tudo misturado. Ele falava muito, às vezes punha na lousa e a Dalva falava: deixa que eu vou escrever. Ele queria da mesma forma que era para a faculdade. O curso era integral, de manhã você tinha o refeitório e a gente tinha o Dispensário. O refeitório da escola inteira, o almoço da escola inteira. Às vezes tinha uma ou outra aula, e enfermagem também tinha, às vezes pela manhã. E a tarde era cultura

geral. Os refeitórios nas escolas profissionais eles existiam quando eu fui estudar, por que eu já fiz estágio na minha escola profissional, já tinha funcionando um refeitório na Carlos de Campos. Quando eu fui para Getúlio Vargas, já tinha um refeitório funcionando na escola. Então existia uma ex-aluna, que era Dietista, e a Yonne, que era professora do curso e era chefe lá. As alunas estagiavam comigo. Fazia parte do curso estágio, ou na Getúlio Vargas ou na Carlos de Campos com a Maecyra. As alunas faziam estágio sempre pela manhã, porque à tarde elas tinham aulas. Elas faziam estágio eu acho que a cada quinze dias. Eu cheguei a trabalhar nas duas escolas.

Depois a gente saía uma hora e ia para a aula do Pompêo e para as aulas lá. Ele obrigava a assistirmos as aulas dele e com as alunas. Como professora na Getúlio Vargas eu fiquei de 1954, no dia do aniversário da escola, 28 de setembro, e sai em 1971. (Entrevista com Dalila Ramos, em 06/12/2011).

Quanto à alimentação escolar no Brasil existe uma legislação a Lei Federal 11.947/2009, de 16 de junho, que dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola, aos alunos da educação básica, incluindo o ensino médio, nas escolas de educação profissional. No artigo 2º, dessa lei, que trata das diretrizes da alimentação escolar, o inciso segundo cita a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

As figuras 46 e 47 mostram que na Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, em São Paulo, existe um restaurante privado para oferecer alimentação. Além da lanchonete no átrio da escola, a direção transformou este ambiente para os estudantes utilizarem os espaços para refeições ou estudos, e construiu uma copa com equipamentos de cozinha, como: geladeiras, fornos micro-ondas, para os estudantes trazerem alimentos de casa, se assim o preferirem. Em 2011, a escola passou a oferecer o ensino médio integrado e o estudante fica o dia inteiro na escola.



Figura 46 – Refeitório privado entre os prédios das Escolas Técnicas Estaduais de Artes e Parque da Juventude, em São Paulo, em 2012.



Figura 47 – Átrio da Escola Técnica Parque da Juventude, em São Paulo, em 2012.

Projetos pedagógicos e a arquitetura escolar no Centro Paula Souza

O Centro Paula Souza tem duas escolas técnicas construídas em um espaço que pode ser considerado como recuperação de patrimônio. Trata-se do Conjunto Prisional do Carandiru, que foi desativado e demolido a partir de um estudo denominado Operação Urbana Carandiru - Vila Maria (OLIVEIRA, 2005), surgindo neste espaço duas escolas técnicas estaduais: a Etec de Artes e a Etec Parque da Juventude, a Biblioteca São Paulo, e uma grande área de lazer com quadras esportivas, aparelhos de ginástica para deficientes,

incluindo uma pequena reserva da Mata Atlântica. Pode-se até dizer que este espaço arquitetônico lembra a proposta do educador Anísio Teixeira da escola-parque⁸. No Parque da Juventude esta o Centro de Capacitações de Professores do Centro Paula Souza, e neste espaço tem-se promovido eventos no campo da alimentação e nutrição e das memórias e história da educação profissional, entre outros (figuras 48 e 49).



Figura 48 – Jornada da Alimentação à nutrição: 70 anos de educação profissional (1939 a 2009) que aconteceu em 15 de maio de 2009.



Figura 49 – III Encontro de Educação Alimentar e Nutricional com Adolescentes no contexto de seis Escolas Técnicas do Centro Paula Souza, no Parque da Juventude, em São Paulo, de 04 a 06 de novembro de 2009.

⁸ [...] Anísio Teixeira pode ser considerado como “o arquiteto da educação brasileira” tal era o seu empenho em prover a escola de um espaço especificamente planejado para educar. Em suas administrações, as escolas foram projetadas por arquitetos com base nos princípios da racionalidade e da funcionalidade, próprios da arquitetura moderna, que determinaram a concepção de programas arquitetônicos distintos (Tipo Mínimo, Nuclear, Platoon de 12, 16 e 25 classes e Escola Parque), de acordo com a localização e as necessidades de cada escola. Esses programas buscavam dar conta de uma melhor organização do espaço para atender às exigências das modernas conquistas pedagógicas e dos novos hábitos de higiene, tudo isso aliado à economia das construções escolares. (DÓREA, 2000)

Outro projeto de recuperação do espaço público envolvendo uma Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza, em Jundiaí, que nasceu no Complexo FEPASA, em 2002, para garantir a ocupação e preservação do espaço arquitetônico e ferroviário (BATISTA e CARVALHO, 2012). Pode-se dizer que começou a ser recuperado com a criação dos cursos Técnicos de Turismo, envolvendo dois professores: Lurdes Dorta (Figura 50) e Mauro Gut, conforme depoimento de Dorta, em 2011 a pesquisadora (CARVALHO, 2011):

Nós descobrimos o material em abandono, muito lixo. Mas nós queríamos que esse patrimônio fosse tombado pelo COODEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. E do jeito que estava não era possível, nem começar um processo de tombamento. [...] Com esses alunos nós começamos a limpar e organizar esse patrimônio, iniciando o trabalho com a guarda de documentos, e empregando os conhecimentos das aulas de museologia do professor Mauro Araújo Gut [...] era uma média de 80 alunos.



Figura 50 – Professora Lurdes Dorta em entrevista com a professora Sueli Soares Batista e a bibliotecária Marinês de Campos Ribeiro na Biblioteca do Museu Ferroviário da Cia. Paulista, em Jundiaí, 2012. (CARVALHO e BATISTA, 2012)



Figura 51 – O prédio da Fatec de Jundiaí era ocupado, em 1934, pelo Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, 2011.

Atualmente temos um projeto em desenvolvimento na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, denominado “História oral sobre as ferrovias em São Paulo: ações e transformações na educação profissional de 1930 a 2010” com a finalidade de desvendar a origem e o processo de implementação e de evolução dos cursos ferroviários na educação profissional pública no Estado de São Paulo.

Finalizando,

Os arquivos escolares se transformados em arquivos permanentes com documentos e peças museológicas: recuperados, classificados, ordenados e acondicionados, de acordo com a arquivologia podem contribuir com estudos e pesquisas, que visem compreender as relações entre patrimônio, trabalho e educação. Daí a importância de se recuperar os arquivos escolares, salvaguardando esses acervos, que requerem para esta ação enfoques técnicos e políticos, que garantam a recuperação, preservação e difusão do patrimônio histórico, educativo e tecnológico, possibilitando: a promoção da educação patrimonial nos currículos escolares; nas instituições públicas, o diálogo mútuo e cooperativo entre os servidores para a gestão documental.

O Arquivo do Estado de São Paulo pode ter um papel preponderante na implementação de políticas para recuperação e manutenção de acervos escolares, envolvendo professores, pesquisadores e funcionários que atuam com o patrimônio educativo. Os órgãos que são responsáveis pelos arquivos ou patrimônios públicos, como o Arquivo Nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), e as instituições escolares que desenvolvem projetos sobre patrimônio histórico, educativo e tecnológico, devem participar desse processo. É importante que as instituições educacionais promovam campanhas anuais de comemoração do Dia Mundial do Patrimônio para difundir que a sua preservação contribui para o desenvolvimento econômico, social e sustentável. Segundo Theodoro (2012):

A discussão sobre a importância do Estado em criar monumentos que reafirmem o seu papel frente à sociedade era e é grande. Todas as sociedades, das mais simples às mais

complexas, têm um ethos, que é tributário do que é vivido e pensado. Neste sentido, os membros de uma sociedade sabem reconhecer as construções e objetos que fazem parte do seu patrimônio. A natureza da relação, do cidadão com o seu patrimônio, é fruto dos valores e das contradições da sua sociedade. Elas podem despertar consciências, percepções críticas sobre o que deve ser preservado, sobre o que deve ser transformado, ou mesmo, sobre o que pode deixar de existir para abrir um novo espaço para a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO. Almério Melquíades de. Mudanças curriculares no ensino técnico de São Paulo. **Estudos Avançados** 15 (42), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42909.pdf> Acesso em 18 jan. 2012.

BARBOSA. Sueli Soares dos Santos. CARVALHO. Maria Lucia Mendes de. Estudo sobre patrimônio industrial, educação e trabalho: o acervo da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em Jundiaí (1867 a 1945). **IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares, em Lisboa, Portugal, de 12 a 15 de julho de 2012.

BUARQUE, Sergio C. 2004. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Metodologia de Planejamento. Editora Garamond Ltda. Rio de Janeiro.

CAMPOS, Candido Malta. **Os Rumos da Cidade**. Urbanismo e Modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.660p.

CARVALHO. Maria Lucia Mendes de. BATISTA. Sueli Soares dos Santos. Patrimônio, Trabalho e Educação. O Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (1934 a 1948). **VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**. III Seminário Internacional sobre o Patrimônio Industrial e Cultural Ferroviário. São Paulo. Brasil. 2012.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. M. História oral: importância do método em pesquisa o campo da alimentação e nutrição. **VII Seminário Nacional de Centro de Memória** – Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades, em Campinas, 13 a 15 de fevereiro de 2012.

CARVALHO. Maria Lucia Mendes de (org). **Cultura, saberes e práticas.** Memórias e História da Educação Profissional. Centro Paula Souza. São Paulo. Imprensa Oficial, 2011.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Patrimônio, Trabalho e Educação: a história oral significando lugares, professores e estudantes na educação profissional. **Seminário “NEHO VINTE ANOS: HISTÓRIA ORAL, IDENTIDADE E COMPROMISSO”**, em São Paulo, 10 a 12 de novembro de 2011.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. FAGNANI. Maria Angela. A escola agrícola como elemento catalisador para o desenvolvimento local: reflexões sobre o passado, o presente e as perspectivas. **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural.** América Latina: realineamientos políticos y proyectos em disputa. Porto de Galinhas. Pernambuco. Brasil. 2010.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. A contribuição do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos e da comunicação on line na elucidação da origem do primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil. **VI Seminário Nacional de Centro de Memória** - Memória e Patrimônio, em Campinas, 15 e 16 de outubro de 2009.

CARVALHO, M. L. M. História do Currículo do Técnico em Nutrição e Dietética: na Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, em São Paulo, com ênfase na puericultura. In: **Jornada Nacional da Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília - DF, março de 2006.

CARVALHO, M. L. M. Dispensário de Puericultura: Escola Profissional Feminina na Assistência e Proteção à Infância. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação “Percurso e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação”**, Uberlândia-MG, em abril de 2006.

CARVALHO, M. L. M. Dispensário de Puericultura: Historicidade na Escola Profissional Feminina. In: **III Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária**, Florianópolis - SC, novembro de 2006.

CARVALHO, M. L. M. Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina: reflexões sobre histórias de vida, identidades e cultura escolar. In: **III Seminário de Educação – Memórias, Histórias e Formação de Professores**, São Gonçalo – RJ, em setembro de 2007.

CARVALHO, M. L. M. SOUZA, L.S. BROSCO, R.A.L. Dispensário de Puericultura nas Escolas Profissionais: influência sociocultural no ensaio de higiene e alimentação racional em São Paulo. In: III Congresso Latino-Americano de Higienistas de Alimentos, Porto – Seguro – BA, **Revista Higiene Alimentar**. São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2007, v.21 p.3-552.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. TOYOHARA. Doroti K. Q. Intervenção social da escola na região do Brás e do Pari: contribuição para melhoria da qualidade de vida. **1º Seminário Regional de Educação Profissional Industrial**. Escola Técnica Professor Everardo Passos, em São José dos Campos, 30 e 31 de outubro de 2002.

CIAVATTA, Maria. 2002. **O Mundo do Trabalho em Imagens. A fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)**. Rio de Janeiro: Editora DP&A.

CPS. Centro Paula Souza. Assessoria de Comunicação. **Centro Paula Souza 40 anos. Governo** do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial, 2010.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos. **Revista da FAEEBA**. Salvador, n. 13, jan./jun. 2000, p. 151-160. Disponível em: <http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/artigos/dorea.html>. Acesso em: 23 jul. 2012.

FARGE, Arlette. 1999. **Lugares para a História**. Lisboa: Editorial Teorema Ltda.

EJB. ETEC JOÃO BELARMINO. **Livro comemorativo do centenário**. Gráfica e Editora Foca. Amparo. 2011. 112p.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **HISTÓRICA – Revista eletrônica do Arquivo do Estado**, nº 34, jan, 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materas/anteriores/edição...>. Acesso em: 12 ago. 2011.

FREITAS, Zoraide Rocha de. **História do Ensino Profissional no Brasil**. São Paulo. Associação dos Servidores do Ensino Profissional. 1954. 387p.

FUNARI, Pedro Paulo. ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**. v. 16, n.1 (46), jan./abr. 2005. Disponível em: <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/46-doss/edicoes/texto.200.html>. Acesso em 23 jul. 2012.

GVIRTZ, Silvina. 2005. **Do Currículo Prescrito ao Currículo de Classe: um olhar sobre os cadernos de classe**. Editora Universitária São Francisco, Bragança Paulista.

HEMÉRITAS, Adhemar Batista. MAIA, Luís Carlos Zanirato. 2005. **Reforma da Educação Profissional nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo**. Campinas: Editora Komedi.

JULIA. Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2001. n° 1, p. 10.

KANAZAWA. Julia Naomi. Centro de Memória Etec Cônego José Bento: espaço de construção da memória escolar e de experiências pedagógicas. VII **Seminário Nacional do Centro de Memória** “Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades” da UNICAMP. Campinas, 2012.

LAURINDO. Arnaldo. **50 anos de Educação Profissional**. Estado de São Paulo. 1911 a 1961. 1ª Ed. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A., 1962, p. 428.

MAIA. Luís Carlos Zanirato. **Mapeamento das Escolas Técnicas**. Eixos Tecnológicos. Habilitações oferecidas, inscrições. Vagas e Relação Inscritos/Vagas. Vestibulinho 2012 – 1º Semestre. CEETEPS. Centro Paula Souza. Unidade de Ensino Médio e Técnico. 2012.

MEIHY, José. C. Sebe. HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto: 2007.

MELENDEZ, Adilson. **Conjunto forma praça de entrada para Nova Luz**. Projeto Design. Edição 360, janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/pedro-taddei-e-francisco-spadoni-sede-institucional-24-03-2010.html>. Acesso em: 30 jul. 2012.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.). **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma História em Imagens** (Álbum fotográfico), Centro Paula Souza, São Paulo, Imprensa Oficial, 2002

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (org.). **Inventário de Fontes Documentais**. Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo. Centro Paula Souza. São Paulo, Imprensa Oficial, 2002b.

MOTOYAMA. Shozo (org). **Educação Técnica e Tecnológica em Questão**. 25 anos do CEETEPS – Uma História Viva. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

MUNAKATA. Kazumi. RAZZINI. Marcia. ALCOBRE. Mariana. IRAZABAL. María Belén. Lecturas escolares em Argentina Y Brasil (1890 – 1930). Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/e-recursos/medar/proyectos_especiales/Brasil/doc/Lecturas_escolares_e_Argentina_y_Brasil_2%20A.pdf Acesso em: 05 jul. 2012.

OLIVEIRA. José Geraldo Martins de. Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projeto – Parte 7 – Operação Urbana Carandiru – Vila Maria. **Revista Vitruvius** 065.03, ano 06, out, 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.065/415> Acesso em 23 jul. 2012.

PEREIRA. Alessandro Guimarães. Arquitetura-Escolar: notas comparativas sobre projetos em São Paulo e Brasília. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. 2007. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/3373> Acesso em 17 jul. 2012.

RIBEIRO. Cilmara Aparecida. TEIXEIRA. Lucia da Silva. MAGALHÃES. Patrícia Campos. ROCHA. Camila Martinelli. **80 anos Etec João Gomes de Araujo**. Pindamonhangaba-SP. 2011.

RIBEIRO. Cilmara Aparecida. TEIXEIRA. Lucia da Silva. MAGALHÃES. Patrícia Campos. CARVALHO. Maria Lucia Mendes de. ETEC João Gomes de Araújo em Pindamonhangaba: a história da escola e os desafios para acompanhar a evolução da sociedade. **Revista Científica On-line Tecnologia, Gestão e Humanismo**. v. 1. N° 1. 2012. Disponível em: <http://www.fatecguaratingueta.edu.br/revista/index.php/RCO-TGH/search/authors/view?firstName=Cilmara&middleName=Aparecida&lastNa>

[me=Ribeiro&affiliation=FATEC%20Guaratinguet%C3%A1&country=BR](#) Acesso em: 03 ago. 2012.

SAITO, Mario Izume. **Os egressos da “GV” do Brás**. Escola Técnica “Getúlio Vargas”. São Paulo. 2010. 190p. (monografia)

SILVEIRA, Horácio Augusto da. Escola Profissional Carlos de Campos. **3ª Conferência Nacional de Educação**. São Paulo. 07 de setembro de 1929.

THEODORO, Janice. A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960. Disponível em: http://www.historia.ffich.usp.br/sites/historia.ffich.usp.br/files/textp_escolas_paulistas.pdf. Acesso em: 23 jul. 2012.

SP/04/agosto/2012